

# SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

## PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL



APOSTILA  
COMPLETA



MATERIAL PARA  
DOWNLOAD



TEORIA E  
QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026

# AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.maxieduca.com.br>



**SME São José de Ribamar - MA**  
*Professor da Educação Infantil*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Tipologia textual;.....	1
Domínio da ortografia oficial; Uso dos porquês.....	6
Domínio dos mecanismos de coerência e coesão.....	10
Emprego e reconhecimento das Classes de palavras; Orações Coordenadas e Subordinadas.....	11
Sinais de pontuação; Pontuação.....	23
Emprego do sinal indicativo de crase.....	27
Concordância Verbal e Nominal.....	28
Regência nominal e verbal.....	32
Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração.....	35
Regras de acentuação.....	40
Figuras e vícios de linguagem; Figuras de pensamento.....	43
Emprego e Significação das palavras: denotação, conotação, homonímia, paronímia e ambiguidade.....	51
Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção, Há/a, Ao invés de/ em vez de, Demais/de mais, onde/ aonde/ donde, nenhum/ nem um, por ora/ por hora.....	53
Questões.....	61
Gabarito.....	75

## MATEMÁTICA

Números: Sistema de Numeração Decimal.....	1
Números Naturais, , inteiros, racionais, reais. Operações fundamentais e propriedades; Conjuntos numéricos. Potências e raízes.....	2
Divisibilidade - múltiplos e divisores.....	18
MDC e MMC.....	21
Grandezas e Medidas: Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo, e sua utilização no contexto social.....	24
Sistema monetário.....	29

# SUMÁRIO



Geometria: Localização e espaço. Conceitos básicos (ponto, reta, plano e espaço). Figuras geométricas planas (ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo); Perímetro e área de figuras planas .....	31
Figuras geométricas espaciais (prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera); teoremas, medidas, transformações geométricas; Noções básicas de área e volume .....	48
Número e grandezas. Razão e Proporção .....	62
Regra de três simples e composta .....	64
Porcentagem, Juros Simples e Juros Compostos .....	66
Álgebra: Expressões algébricas .....	71
Equações e função do 1º grau .....	74
Estatística: Média aritmética e média ponderada, gráficos .....	79
Probabilidade: probabilidade, eventos, variáveis aleatórias. ....	87
QUESTÕES.....	90
GABARITO .....	98

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO E MUNICÍPIO

Aspectos do Estado e do Município História: Formação territorial: processo de ocupação e colonização, divisões administrativas. Períodos históricos: desde a colonização até os dias atuais, destacando os principais acontecimentos, personagens e movimentos sociais. Desenvolvimento econômico: ciclos econômicos, industrialização, urbanização. Cultura regional: tradições, festas populares, manifestações artísticas, patrimônio cultural material e imaterial.....	1
Geografia: Características físicas: relevo, clima, hidrografia, vegetação, solos. Riscos naturais: desastres naturais, vulnerabilidade social e ambiental. Questões ambientais: problemas ambientais locais e globais, políticas públicas para o meio ambiente. Organização do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, rede urbana, infraestrutura .....	5
Economia: Setor primário, secundário e terciário: atividades econômicas predominantes, indicadores econômicos. Desenvolvimento econômico: políticas públicas de desenvolvimento, desigualdade social.....	11
Cultura: Diversidade cultural: grupos étnicos, identidade cultural, multiculturalismo. Manifestações culturais: artes, música, literatura, folclore. Patrimônio cultural: bens materiais e imateriais, políticas de preservação.....	16
QUESTÕES.....	23
GABARITO .....	28

## SUMÁRIO



## CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Teorias da Educação .....	1
Principais teorias e pensadores da educação (Paulo Freire; Maria Montessori; Jean Piaget; Lev Vygotsky; John Dewey; Burrhus Frederic Skinner; Célestin Freinet; Jerome Bruner; Howard Gardner; Carl Rogers; Abraham Maslow; Henri Wallon; Émile Durkheim; Ivan Pavlov; Alfred Binet; Carol Dweck.) .....	8
Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem .....	12
Didática e Metodologia de Ensino .....	15
Planejamento e organização do ensino .....	18
Tendências pedagógicas .....	22
Avaliação escolar e inclusão; Estratégias e técnicas de ensino .....	25
Legislação Educacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) .....	29
Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (Educação) .....	29
Lei Nº 15.247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada .....	34
Recomposição de Aprendizagem: Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025.....	40
ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Lei nº 8.069/90.....	46
ECA Digital .....	112
BNCC (Base Nacional Comum Curricular): Princípios e diretrizes .....	125
BNCC COMPUTACIONAL: Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022.....	177
Três Eixos Estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital	198
Educação Integral e jornada ampliada: Lei nº 14.640/2023.....	202
Resolução CNE/CEB nº 7/2025 .....	206
Portarias do MEC (nº 64/2023, 1495/2023, 1628/2024, 777/2024, 48/2024, 748/2024) .....	216
Resoluções (nº 18/2023, 25/2023, 26/2023) .....	226
Saberes Digitais; Política de Inovação Educação Conectada (Lei nº 14.180/2021) e da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) .....	238
Plano Nacional de Educação (PNE): Metas e estratégias .....	244
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).....	264
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	280
Currículo e Programas Educacionais . Concepções de currículo. Construção e implementação de currículos. Inclusão e diversidade no currículo escolar .....	289
Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP): Estrutura e objetivos.....	293
Psicologia da Educação .....	296
Psicologia do desenvolvimento . Psicologia da aprendizagem.....	299
Motivação e suas implicações na aprendizagem .....	308

# SUMÁRIO



Tecnologias na Educação. Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino Ambientais virtuais de aprendizagem. Recursos educacionais digitais .....	312
QUESTÕES.....	316
GABARITO .....	324

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Concepção de criança e infância: Visões históricas e contemporâneas, direitos da criança, infância como construção social .....	1
Finalidade da Educação Infantil: Desenvolvimento integral da criança, formação de cidadãos críticos e participativos, preparação para a vida em sociedade .....	6
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI): Eixos estruturantes, objetivos, orientações metodológicas.....	9
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Campos de experiência, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, transição para o Ensino Fundamental, relação com o RCNEI .....	9
Política Nacional de Educação Infantil (PNEI): Diretrizes, metas, ações para a universalização e melhoria da qualidade da educação infantil .....	10
Marco Legal da Primeira Infância: Legislação específica sobre a primeira infância, políticas públicas .....	10
Teorias do desenvolvimento infantil:Clássicas: Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud; Contemporâneas: Bronfenbrenner, Winnicott, Bowlby, Erikson; Pedagogas: Pestalozzi, Fröbel, Montessori, Teberosky .....	20
Teorias da Educação: Construtivismo, sociointeracionismo, pedagogia crítica, pedagogia da infância .....	24
Bases psicológicas da aprendizagem da Criança de 0 a 6 anos: Processos cognitivos, afetivos e sociais, neurociência da educação .....	27
Psicogênese da língua escrita: Aquisição da escrita, alfabetização e letramento na Educação Infantil.....	30
Concepções das Infâncias: Diversidade das infâncias, infância em diferentes contextos sociais e culturais .....	35
Avaliação na Educação Infantil: Processo contínuo e formativo, registros diversificados, portfólios, observação, entrevista.....	38
Educação Inclusiva: Atendimento às necessidades especiais, diversidade, legislação, práticas inclusivas, pedagogia hospitalar .....	39
A Literatura na Educação Infantil: Literatura infantil, contação de histórias, formação de leitores .....	41
Jogos e brincadeiras: Diversos tipos de brincadeiras, importância para o desenvolvimento, organização do espaço lúdico .....	44
Linguagens artísticas: Artes visuais, música, teatro, dança, expressão corporal .....	46
Sociedade e natureza: Relações sociais, meio ambiente, sustentabilidade .....	47
Matemática na Educação Infantil: Noções matemáticas, resolução de problemas, jogos matemáticos .....	49
Organização e funcionamento da Educação Infantil: Espaços físicos, materiais pedagógicos, rotina, projetos, parcerias com a família .....	52

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



História da Educação Infantil: Evolução histórica, diferentes concepções de criança e infância .....	52
Neurociência da educação: Desenvolvimento cerebral, plasticidade neuronal, implicações para a aprendizagem.....	65
Psicologia da Educação: Processos de aprendizagem, motivação, emoções, desenvolvimento social na primeira infância .....	76
Questões .....	79
Gabarito.....	86

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva — Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208.....	1
Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	2
Educação Especial na perspectiva inclusiva e Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	35
Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis .....	39
Adaptações e flexibilizações curriculares.....	41
Avaliação e planejamento pedagógico inclusivos .....	45
Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	48
Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	80
Diversidade, equidade e currículo inclusivo na BNCC.....	82
Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica .....	103
Resolução CNE/CP nº 2/2015, no que couber à formação docente e à inclusão.....	107
Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis — Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão); Lei nº 10.098/2000.....	122
Legislação aplicável: Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996 .....	159
Lei nº 10.436/2002 .....	159
Decreto nº 5.626/2005.....	160
Decreto nº 7.611/2011 .....	167
Resoluções do CNE aplicáveis e BNCC .....	173
QUESTÕES.....	174
GABARITO .....	180

# SUMÁRIO



## DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

### ► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

### ► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

## TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



### SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

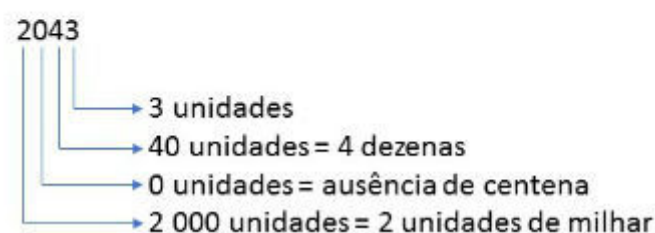
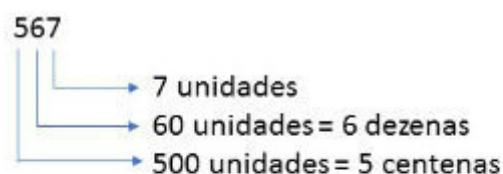
Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor. É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de sistema de numeração indo-arábico.

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	♂	6	7	5	?	
HINDU 500 d.C	7	7	2	8	4	(	7	^	9	0
ÁRABE 900 d.C	1	٢	٣	٤	٥	٦	٧	٨	٩	٠
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	٢	٣	٤	٥	٦	٧	٨	٩	٠
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

#### ► Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:
  - 10 unidades = 1 dezena
  - 10 dezenas = 1 centena
  - 10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos:





### **FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO E DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

O estudo de São José de Ribamar deve começar pela compreensão do próprio processo de formação do Maranhão. Antes da chegada dos europeus, o território maranhense era ocupado por diversos povos indígenas, especialmente grupos de matriz tupi, como os Tupinambá, além de outros povos que viviam da pesca, caça, coleta, agricultura rudimentar e domínio dos rios e áreas costeiras. Essa presença indígena é fundamental para entender a ocupação inicial do litoral maranhense, inclusive da região próxima à ilha de São Luís e à atual área de São José de Ribamar.

A colonização europeia do Maranhão apresentou uma característica importante: não foi inicialmente consolidada apenas pelos portugueses. No início do século XVII, os franceses tentaram estabelecer domínio na região, fundando em 1612 a chamada França Equinocial, com a criação do núcleo que daria origem à cidade de São Luís. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses e consolidaram sua presença na área. A partir daí, o território maranhense passou a integrar a lógica colonial portuguesa, marcada pela ocupação do litoral, pela catequese indígena, pela formação de aldeamentos, pelo uso da mão de obra indígena e, posteriormente, africana escravizada.

São José de Ribamar localiza-se na Ilha de Upaon-Açu, a mesma ilha onde estão São Luís, Paço do Lumiar e Raposa. A posição litorânea do município explica sua relação histórica com a pesca, a religiosidade marítima, a circulação de pessoas e mercadorias e o crescimento urbano ligado à capital. A ocupação da área esteve associada a pequenos povoados, atividades pesqueiras, práticas religiosas e à proximidade com São Luís.

O nome do município está diretamente ligado à devoção a São José de Ribamar. A tradição religiosa local atribui grande importância à imagem do santo e ao culto desenvolvido na região, o que transformou o lugar em um dos principais centros de peregrinação religiosa do Maranhão. Assim, diferentemente de municípios que se consolidaram principalmente por ciclos agrícolas ou mineração, São José de Ribamar combinou ocupação litorânea, vida comunitária, pesca artesanal e religiosidade popular.

Do ponto de vista administrativo, São José de Ribamar esteve historicamente vinculado a São Luís, sendo posteriormente desmembrado e elevado à condição de município. A emancipação municipal ocorreu no século XX, dentro de um contexto de reorganização administrativa do Maranhão, quando várias localidades passaram a ter autonomia política própria. A criação do município permitiu a formação de governo local, Câmara Municipal, administração própria e maior protagonismo na gestão de serviços públicos.

Para fins de concurso, é importante memorizar que São José de Ribamar integra a Região Metropolitana da Grande São Luís. Essa informação costuma aparecer em provas de conhecimentos locais, pois demonstra a forte relação do município com a capital maranhense. Seu crescimento urbano foi bastante influenciado pela expansão metropolitana, pela mobilidade pendular de trabalhadores, pela ocupação de áreas periféricas e pelo aumento da demanda por moradia, transporte, saneamento, saúde e educação.

A formação territorial de São José de Ribamar, portanto, não pode ser entendida isoladamente. Ela resulta de quatro grandes fatores: a ocupação indígena anterior à colonização, a disputa colonial europeia pelo Maranhão, a consolidação portuguesa no litoral e o processo moderno de urbanização metropolitana. Essa combinação explica por que o município possui, ao mesmo tempo, traços tradicionais ligados à pesca e à religiosidade, e características urbanas próprias de uma cidade integrada à dinâmica da Grande São Luís.



O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

### ► Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

#### John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.



## EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA

### ► Antiguidade e Idade Média — a criança como “mini-adulto”

Durante grande parte da Antiguidade greco-romana e de boa parte da Idade Média europeia, a infância era pouco diferenciada da vida adulta. A alta mortalidade infantil impunha uma visão pragmática: sobreviver aos primeiros anos era a exceção, não a regra. Por isso, as práticas sociais tendiam a inserir crianças precocemente no mundo do trabalho e nas responsabilidades familiares. A noção de desenvolvimento psíquico gradual era inexistente; o que havia era uma percepção funcional, centrada na utilidade econômica e na transmissão de ofícios. Exposição e abandono de recém-nascidos eram tolerados como parte de um controle demográfico. Relatos e iconografias do período mostram crianças vestidas como adultos, sem distinção de indumentária ou de espaços próprios. O ensinamento moral ocorria principalmente pela imitação dos mais velhos, sem metodologias pedagógicas específicas. Ainda que a Igreja cristã proclamasse o batismo como rito de passagem para a comunidade, isso não se convertia em proteção social efetiva; os sacramentos predominavam sobre qualquer ideia de direito subjetivo da criança.

### ► Iluminismo — o surgimento da ideia moderna de infância

Com o Humanismo renascentista e, sobretudo, o Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, emerge uma sensibilidade nova: a criança passa a ser vista como sujeito em formação e, portanto, carente de cuidados diferenciados. Pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau criticam a educação baseada em castigos físicos, defendendo métodos que respeitem etapas do desenvolvimento. Locke descreve a mente infantil como uma tabula rasa, enquanto Rousseau, no *Émile*, propõe que a educação siga “o curso da natureza”, reconhecendo fases específicas de aprendizagem. Cria-se a distinção entre tempo de brincar e tempo de trabalhar, valorizando o lúdico como meio pedagógico. O advento da imprensa populariza cartilhas e materiais didáticos dirigidos exclusivamente a crianças. Surgem as primeiras leis que limitam o trabalho infantil nas fábricas, ainda de forma tímida. Embora restrita às elites europeias, essa concepção estabelece o alicerce teórico para políticas futuras de proteção à infância.

### ► Séculos XIX e XX — institucionalização da proteção à infância

A Revolução Industrial escancarou a exploração de mão de obra infantil em minas e teares, gerando forte pressão social nos países centrais. No século XIX, comissões parlamentares britânicas documentam jornadas de 16 horas diárias de crianças de oito anos; a resposta veio com as *Factory Acts* (1802-1878), que gradualmente reduziram a idade mínima de trabalho e estabeleceram inspeções estatais. Paralelamente, pedagogos como Friedrich Fröbel criam o *kindergarten*, concebendo o brincar dirigido como fase essencial do desenvolvimento cognitivo. No início do século XX, a Declaração de Genebra (1924) — primeiro documento internacional a reconhecer obrigações específicas da sociedade para com a infância — inaugura a era dos direitos infantis. Leis de obrigatoriedade escolar e proibição integral do trabalho infantil até certa idade tornam-se padrão nos Estados-nação industrializados. Organizações filantrópicas e, depois, agências multilaterais passam a monitorar indicadores de bem-estar infantil, institucionalizando a pauta. Avanços na pediatria e na psicologia do desenvolvimento consolidam a infância como campo de saber próprio. Ao final do século XX, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) universaliza o paradigma da criança como sujeito de direitos, vínculo decisivo entre as tradições históricas e as demandas contemporâneas.



### EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

## CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**